

I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

**DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA
CRIMINAL E PROCESSO II**

RENATA BOTELHO DUTRA

MARIA DA GLÓRIA COSTA GONÇALVES DE SOUSA AQUINO

LUCIANO DE OLIVEIRA SOUZA TOURINHO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG - Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - Unimar/Uninove - São Paulo

Representante Discente - FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. Aires José Rover - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF - Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP - São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM- Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG - Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB - Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSC - Rio Grande do Sul) Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho (Unifor - Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec - Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC - Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali - Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara (ESDHC - Minas Gerais)

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

D597

Direito penal, criminologia, política criminal e processo II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Luciano de Oliveira Souza Tourinho; Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino; Renata Botelho Dutra – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-130-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, cidades e crise

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais – Anais de pôsteres. 2. Direito penal. 3. criminologia. I Encontro Virtual do CONPEDI (1. : 2020 : Florianópolis, SC, Brasil).

CDU: 34



I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA CRIMINAL E PROCESSO

II

Apresentação

No final da tarde do dia 25 de junho de 2020, participamos, como avaliadores, das apresentações dos trabalhos científicos enviados ao GT Direito Penal, Criminologia, Política Criminal e Processo V, no I Encontro Virtual CONPEDI.

Os trabalhos apresentados demonstram relevância temática, fundamentação coerente e profundidade na abordagem. As apresentações ocorreram de acordo com as propostas e, ao final de cada período, foram indicadas sugestões para implementação e continuidade das pesquisas. A seguir, passamos a expor as considerações de cada trabalho científico apresentado:

O autor Ariel Sousa Santos, orientado pelo professor Ronaldo Alves Marinho, ao apresentar o trabalho intitulado A JUSTIÇA RESTAURATIVA À LUZ DA LEI DE DROGAS: UMA ALTERNATIVA AO INEFICAZ E ATUAL SISTEMA RETRIBUTIVO, realizou uma abordagem crítica acerca do modelo institucionalizado no País no que se refere à política criminal estabelecida a partir da Lei 11343/2006, notadamente em alusão à infração de porte de drogas para consumo pessoal, propondo, ao final, a utilização de práticas restaurativas como instrumentos adequados e eficientes à prevenção e ao atendimento do infrator.

Com a apresentação do trabalho intitulado A MATERNIDADE DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL E A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR, as autoras Amanda Leticia Soares Nascimento dos Santos e Thais Mariana Pereira, sob a orientação do professor Sérgio Henriques Zandona Freitas, contribuem para o debate acerca da situação prisional no Brasil, com destaque ao contexto das mulheres grávidas. Em sua abordagem, as autoras indicam as falhas do cárcere com relação à efetivação dos direitos estatuídos na legislação, e apresentam a proposta da prisão domiciliar, como mecanismo de tutela de direitos.

A autora Gabriella Carvalho Brito contribuiu para o debate, ao apresentar o trabalho intitulado

AFIRMAÇÃO E MITIGAÇÃO DE GARANTIAS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS PENAIS NO BRASIL PÓS- 1988: UMA ANÁLISE DA GARANTIA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, realizando uma abordagem do cenário de relativização do princípio da presunção de não culpabilidade a partir de decisões judiciais, demonstrando um cenário de insegurança jurídica e de descumprimento de direitos fundamentais.

O trabalho intitulado A SÚMULA 715 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM FACE DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO PACOTE ANTICRIME, de autoria de Eduardo Fleck de Souza, orientado por Caroline Fockink Ritt, contribui, de forma singular, à discussão acerca da dogmática penal no que diz respeito ao limite temporal de execução penal e da pena base para cálculo de benefícios penais, nos termos da Súmula 715, do Supremo Tribunal Federal, relacionando com as alterações promovidas pela Lei 13964/2019, no sentido de verificar os impactos do novo instrumento legislativo no entendimento firmado na matéria sumular.

Os autores Felipe de Almeida Campos e Marcos Paulo de Andrade, com o artigo A LEGÍTIMA DEFESA ESPECIAL PARA AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA E A LEGISLAÇÃO-ÁLIBI: UMA NOVA EXCLUDENTE DE ILICITUDE TRAZIDA PELO PACOTE ANTICRIMES?, contribuem ao debate por tratar sobre as mudanças à persecução penal no Brasil, inseridas no pacote anticrimes, especialmente acerca do instituto penal da legítima defesa para os agentes de segurança pública que repelem agressão contra vítima mantida como refém durante o decorrer da prática criminosa.

Em contribuição à temática em estudo, o artigo de autoria de Ronaldo Pereira Soares, intitulado A NOVA TENDÊNCIA DO CRIME DE HOMICÍDIOS EM GOIÁS: O INVESTIMENTO ESTATAL EM HORAS EXTRAS NA POLÍCIA MILITAR E O REFLEXO NOS ÍNDICES CRIMINAIS analisa, com base em estudo estatístico aplicado do Direito, a aplicação de remuneração de horas suplementares como medida visando a diminuição dos índices criminais, como política estratégica para a segurança pública no Estado de Goiás.

Na sequência, o artigo A PENA DE PRISÃO E A REALIDADE CARCERÁRIA

BRASILEIRA: UMA ANÁLISE CRÍTICA, de Sérgio Henriques Zandoná Freitas e Rebeca de Almeida Domingues, aborda questões sobre o sistema prisional no que concerne ao processo de reabilitação social do infrator que cumpre pena privativa de liberdade, bem como destaca possíveis alternativas ao aprimoramento dos mecanismos de ressocialização na prisão.

O texto A VEDAÇÃO DO Sursis nos graves crimes contra a hierarquia e a disciplina militar: análise sob a luz da Constituição Federal de 1988, da autora Lorena Hermenegildo de Oliveira, se refere a não aplicação do dispositivo de suspensão condicional da pena em crimes contra a hierarquia e a disciplina militar, a partir da interpretação dos princípios constitucionais frente às normas de direito militar.

Marcus Vinícius Alves de Oliveira, orientado pelo professor Dr. Pedro Sérgio dos Santos, traz em seu trabalho intitulado A MARCHA PARA O OESTE COMO PARADIGMA DA MUDANÇA GEOPOLÍTICA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS uma interessante análise da velocidade do deslocamento do crime organizado do eixo Rio- São Paulo para outros Estados, tendo como foco principal o tráfico de drogas. Para tanto faz uma análise comparativa de estratégias com a proposta do Marechal Rondon quando desbravou o interior do Brasil visando a integração do país e, aponta para a necessidade urgente de melhor integração entre as forças de segurança e avanço tecnológico capazes de esvaziar os espaços ocupados pelo crime organizado.

Tema bastante abordado, contudo, sempre atual e sujeito a críticas, análises e propostas de melhorias e intervenções é o trabalho A RESSOCIALIZAÇÃO DOS DETENTOS E A HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO CONVENCIONAL NO BRASIL, da autora Bruna Fabiana Queiroz de Castro orientada por seu professor Dr. Sérgio Henriques Zandoná Freitas. O trabalho faz uma análise comparativa do sistema prisional convencional e as APACs - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, cujo objetivo é de auxiliar a justiça na execução da pena buscando uma efetiva ressocialização do condenado.

O trabalho A VITIMIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NO PROCESSO PENAL E A NECESSIDADE DE DESVITIMIZAÇÃO DAS MINORIAS apresentado pela autora Letícia Kauana Beloni Ferreira e orientado pelo professor Me. Luís Fernando Centurião Argondizo, aborda um tema importante relacionando o estigma imposto à vítima de processo penal e a atuação seletiva da justiça criminal reforçando as desigualdades sociais e causando danos, às vezes, irreparáveis.

Igualmente importante e seguindo a temática racismo, vitimização e sistema carcerário, é o trabalho A VULNERABILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE E NO SISTEMA CARCERÁRIO trazido por Carlos Alberto Ferreira dos Santos e orientado pelo professor Dr. Ronaldo Alves Marinho da Silva. De acordo com o Ipea, a vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é 50% maior que a da população em geral e nas prisões elas somam 62% o que vem reforçar a necessidade de reflexão e tomada de ações que busquem a diminuição de desigualdades sociais.

Aos leitores, desejamos uma profícua e agradável leitura!

Os Coordenadores,

Professor Doutor Luciano de Oliveira Souza Tourinho (UESB/FASA)

Professora Doutora Maria Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino (UFMA)

Professora Mestre Renata Botelho Dutra (UFG)

A NECESSÁRIA E URGENTE LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL

Lucas Augusto Tomé Kannoa Vieira¹
Rafael Augusto Silva Ribveiro

Resumo

Introdução:

A presente pesquisa é o resultado do trabalho do Grupo de pesquisas em Direitos Humanos, Estado, Ecologia, Sustentabilidade e Empreendedorismo Social. O trabalho proposto pretende examinar, exibir e levantar questões relacionadas à questão social e penal da legalização da maconha no nosso país fazendo também uma comparação com países já legalizados e fazer uma análise dos efeitos prejudiciais da Proibição, como o gasto público com a guerra às drogas, morte na guerra às drogas e o encarceramento em massa; Evidenciar a diferença entre cannabis e maconha e dissociar a maconha de outras drogas;

Comparar legislações vigentes nos seguintes países: Portugal, Holanda, Uruguai e Canadá; Identificar a proporção da redução da criminalidade e demanda judicial em países já legalizados; Comparar a qualidade e indicadores dos estados que legalizaram e o Brasil, uma vez que envolvem fatores, como problemas sociais, conflitos familiares, falta de saúde, influência, corrupção, entre outros.

Como marco teórico foram adotados Luis Carlos Valois, que fundamentam os pressupostos acerca da Guerra às Drogas e João Batista Moreira Pinto, que trazem a perspectiva dos Direitos Humanos como um projeto de Sociedade.

Os resultados até o presente momento demonstram que existe um esforço em prol da liberação da cannabis mas não da maconha, e, que a mesma não se atrela a outras drogas, sendo uma realidade a parte. Contudo, em prol de uma perseguição de determinadas populações torna-se a maconha o inimigo.

Problema de Pesquisa:

A presente pesquisa se depara com algumas questões problema, que pretende responder: Quais são os efeitos prejudiciais da proibição da maconha? O Gasto público com a guerra às drogas. Tratar o usuário ou investimento em segurança pública? Qual é a relação da cannabis, maconha e outras Drogas? Como usar o exemplo de outras legislações de países já legalizados?

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

Objetivo:

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar os efeitos sociais da “Guerra às drogas” e comparar a legislação com países já legalizados. Para tanto foram estabelecidos objetivos específicos, quais sejam, Fazer uma análise dos efeitos prejudiciais da Proibição como o gasto público com a guerra às drogas, morte na guerra às drogas. Como objetivos específicos, é proposto identificar a proporção da redução da criminalidade e demanda judicial em países já legalizados. Comparar legislações vigentes nos seguintes países: Portugal, Holanda, Uruguai e Canadá. Estabelecer critérios para qualidade de uma sociedade, e assim, comparar as sociedades com melhor desempenho x nº de presos x grau de liberação da maconha. Levantar a porcentagem e gênero de presos provisórios e definitivos por tráfico. Levantar os índices de mortes em operação contra drogas (direto, acidentes e indiretos). Dissociar e comparar maconha com outras drogas. Verificar a eventual diferença social entre cannabis e maconha. Comparar a qualidade e indicadores dos estados que legalizaram e o Brasil.

Método:

A abordagem metodológica a ser usada no Artigo será quantitativa e qualitativa, observando dados estatísticos já referendados em outros estudos e dados oficiais, bem como busca estabelecer ou correlacionar critérios de qualidade social, como IDH, Saúde, Expectativa de Vida e outros, e assim, nos levar a entender o real motivo dessa urgente e necessária legalização com a utilização do instrumento de pesquisa a revisão bibliográfica e também quantitativa, pois, será apontado com dados secundários também sendo usado como instrumento de coleta de dados a revisão bibliográfica.

Resultados Alcançados

A presente pesquisa ainda não foi encerrada, tendo sido cumprida a primeira etapa de seu cronograma, qual seja revisão bibliográfica, onde já foi alcançados os seguintes resultados:

Conforme Valois (2018,p. 55), “Não haveria a hipótese de se pensar o estado como regulador da vida privada do ser humano sem essa mescla de princípios morais religiosos e a técnica objetivada, o que possibilitou a proliferação dos sistemas prisionais como a idéia de se punir

alguém pelo uso ou comércio de drogas”, como se verifica na fl 55. Nessa medida podemos conferir à redução de criminalidade no Canadá e Uruguai, estados que já promoveram o fim da guerra às drogas. Coloca o gráfico ou dados.

Traz ainda Valois(2018 p. 312):

[...] O sistema penal, desde à atividade da polícia na rua até à execução da pena, parece um verdadeiro teatro improvisado, com script, porque há lei regendo todas as atividades, mas de um tempo mas um script cada vez mais ignorado. Detenções e condenações vão se forjando como que naturalmente, ao embalo da opinião pública, legitimadas simplesmente por ela, à opinião pública com à qual tudo é possível”.

Sendo ainda a Guerra às drogas um fator para perseguição apenas de pessoas pobres, não havendo combate ou punição à grandes produtores e distribuidores, à exemplo os casos de políticos com suas fazendas bases de drogas, aviões e helicópteros.

Assim, o modelo de guerra às drogas serve mais como política de encarceramento e exclusão do que combate à epidemias públicas, como mostra o gráfico 1 e 2 referente ao ano de 2017 o resultado é de, 64,48% de mulheres presas ,enquanto 31,88% de homens presos , decorrem das guerras às drogas no Brasil. Logo, à proibição é causa também dos problemas carcerários como: superlotação, violação de Direitos Humanos, abusos, fugas, é uma verdadeira escola do crime, onde meros traficantes saem mestres em diversos crimes.

Contudo, ainda é necessário a coleta e tabulação de dados, bem como dados secundários para os fechamentos e conclusões dos objetivos.

Palavras-chave: Guerra as drogas, Encarceramento em massa

Referências

BRASÍLIA. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias, Brasília. Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.

PINTO, João Batista Moreira. DIREITOS HUMANOS COMO PROJETO DE SOCIEDADE - Belo Horizonte: Editora Lumen Juris

PINTO, João Batista Moreira. DIREITOS HUMANOS COMO PROJETO DE SOCIEDADE - CARACTERIZAÇÃO E DESAFIOS - VOLUME 1. Belo Horizonte: Editora Instituto DH

VALOIS, Luiz Carlos. O Direito Penal da Guerra Às drogas. 3. ed. Belo Horizonte: Editora

D'Plácido, 2019.